



ARGENTINA

Em defesa da educação pública

Estudantes e professores, apoiados por partidos da oposição, sindicatos, organizações sociais e aposentados, protestam para exigir de Javier Milei o cumprimento da Lei de Financiamento Universitário. Manifestação termina em confronto

» RODRIGO CRAVEIRO

Milhares de manifestantes, entre professores do ensino superior e estudantes, saíram às ruas de Buenos Aires e se concentraram diante do Congresso para exigir que o presidente Javier Milei cumpra com a Lei de Financiamento Universitário. A quinta Marcha Universitária registrada desde a posse do ultralibertário, em 10 de dezembro de 2023, terminou em confronto entre as forças de segurança e um grupo de encapuzados, diante do Congresso. Os policiais utilizaram bombas de gás lacrimogêneo e canhões d'água. Durante o protesto, faixas com mensagens como "Milei, cumpra a lei" e "A universidade pública é um direito, não um privilégio" destacavam-se em meio à multidão.

Até o fechamento desta edição, Milei não tinha se pronunciado sobre o ato. No entanto, a ministra da Segurança, Alejandra Monteoliva, ironizou a manifestação. "Os mesmos violentos de sempre. Querem impor o caos, desafiar as forças de segurança e transformar as ruas em uma zona sem lei", escreveu na rede social X. Um estudo do Centro de Pesquisa de Economia Nacional da Universidade de Buenos Aires traçou um diagnóstico sobre o sucateamento da educação superior pública. Os recursos destinados às universidades registraram uma queda de 40,5% em termos reais na comparação entre o primeiro semestre deste ano e o de 2023.

Professor de ciência política da Universidade de Buenos Aires (UBA), Miguel De Luca uniu-se à marcha. Quase ao fim do protesto, ele falou ao **Correio** sobre as demandas dos manifestantes. "Desde que assumiu a Presidência da Argentina, em dezembro de 2023, os salários dos professores universitários estão congelados, apesar do aumento no custo de vida. Os

Emiliano Lasalvia/AFP



Manifestantes lançam pedras contra a tropa de choque da Guarda Nacional, que responde com gás lacrimogêneo, diante do Congresso

reitores das universidades nacionais e os sindicatos de docentes reclamam a atualização dos salários. O Congresso votou uma lei de financiamento universitário para apoiar a demanda, que foi vetada por Milei e defendida com insistência pelo Congresso entre agosto e outubro de 2025", explicou ao **Correio**.

Poder aquisitivo

Segundo De Luca, a Justiça proferiu sentença e ordenou ao governo a concessão dos aumentos salariais. "Até o momento, o governo descumpra a lei e as decisões dos tribunais. A manifestação de hoje (ontem) foi a quinta marcha em

apoio às universidades públicas", acrescentou. O professor afirmou que as consequências da recusa de Milei em obedecer à lei incluem perda do poder aquisitivo dos docentes, migração de professores para universidades privadas ou para o exterior, crise no sistema científico nacional e vários dias com aulas suspensas. A Lei de Financiamento Universitário determina a atualização dos salários dos professores, com base na inflação, desde dezembro de 2023, além da recomposição das bolsas estudantis e dos recursos para as universidades.

Por sua vez, Nicolás García Roel — secretário-geral da Associação Gremial Docente do Colégio Nacional de Buenos Aires

(AGD-CNBA), vinculado à UBA — esclareceu que a manifestação de ontem teve caráter multisetorial e agrupou várias reclamações. "Entre elas, está a exigência da comunidade universitária pela aplicação da Lei de Financiamento Universitário, aprovada há um ano. Aliás, a gestão de Milei está em desobediência à Justiça, a qual, em diversas ocasiões, exige o cumprimento da legislação", disse ao **Correio**, em meio ao protesto.

Roel, um dos organizadores da marcha, explicou que a lei contempla o financiamento global das universidades. "Ela traz a recomposição salarial para professores e funcionários das 57 universidades argentinas. A lei fixa um aumento

salarial imediata de 35% para recompor o poder aquisitivo que os salários perderam ao longo desses três anos do governo Milei. Mais de 10 mil professores universitários renunciaram desde então por conta dos salários baixos", lamentou.

Ainda segundo Roel, os docentes que não se demitiram viram-se obrigados a realizar outros trabalhos, inclusive informais, como motoristas de Uber, para sobreviver. "A sobrecarga de trabalho dos docentes tem claras repercussões no desenvolvimento acadêmico, pois dispõem de cada vez menos tempo para o estudo, a preparação de aulas e materiais didáticos, a realização de correções e avaliações, ou tarefas de pesquisa."

Voices das ruas

Arquivo pessoal



"A mensagem para o presidente Javier Milei é clara: não aceitamos que ele continue descumprindo a lei, destruindo os salários dos docentes e o funcionamento normal das universidades. Continuaremos insistindo por todos os meios disponíveis e intensificando nossas medidas de força."

NICOLÁS GARCÍA ROEL, secretário-geral da Associação Gremial Docente do Colégio Nacional de Buenos Aires (AGD-CNBA) e um dos organizadores da marcha

Arquivo pessoal



"A manifestação foi pacífica, como todas as quatro marchas anteriores ocorridas durante o governo Milei. No entanto, as forças de segurança reprimiram com gases lacrimogêneos e canhões d'água. O recado do protesto foi para que Milei cumpra com a Lei de Financiamento Universitário. Creio que ele não mudará de postura. O presidente considera os universitários como um setor que nunca o apoiará."

MIGUEL DE LUCA, professor de ciência política da Universidade de Buenos Aires (UBA)

ESTADOS UNIDOS

Tiroteio em escola deixa cinco mortos

Ao menos três crianças foram mortas na tarde de ontem em um tiroteio em uma escola infantil na cidade de Bend, no estado de Oregon, no extremo noroeste dos Estados Unidos. As informações iniciais mencionavam um adulto entre as vítimas do incidente. A polícia informou que o atirador, um menino de 16 anos, foi encontrado morto pelos agentes que chegaram ao local, baleado por um pedestre.

A primeira chamada recebida pelo telefone de emergências 911 mencionava "um homem não identificado" que teria "disparado em um carro". Em seguida, a polícia

recebeu vários telefonemas informando que uma pessoa havia invadido a escola e iniciado um tiroteio. A Escola Elementar Silver Rail foi fechada, e as autoridades instalaram um ponto de reunião para as famílias dos alunos.

"Estamos atordoados e com o coração partido por essa tragédia sem nenhum sentido", diz um comunicado assinado pelo superintendente escolar da cidade, Steven Cook. "Manifestamos nossas profundas condolências para as famílias e para todos que foram afetados por essa ato de violência", segue o texto. "Não

existem palavras adequadas para expressar o pesar que nossa comunidade está vivendo." O senador Ron Wyden, que representa o Oregon pelo Partido Democrata, de oposição, lamentou o sofrimento causado por "mais um tiroteio em uma escola", e questionou os republicanos (governistas) "quantos alunos mais terão de ser mortos antes que eles concordem com medidas para conter a violência com armas de fogo".

A rede de TV CNN, citando registros das organizações Gun Violence Archive, Education Week e Everytown for Gun Safety, afirmou

que os EUA registraram neste ano ao menos 52 tiroteios em escolas, com 29 mortos e 48 feridos. O incidente de ontem foi o 36º em um estabelecimento de ensino fundamental. A Silver Rail, em Bend, tem cerca de 400 alunos, com idades até 12 anos.

Ao longo da tarde, dezenas de pais e moradores da cidade se reuniram diante da escola, à espera de notícias, em meio a numerosas viaturas de polícia e ambulâncias. Ônibus escolares transportaram crianças, professores e funcionários para o centro de encontro instalado em uma igreja próxima.

APFTV



Imagem de vídeo mostra ônibus estudantis diante da escola primária em Bend, no estado do Oregon

Trump desiste de exibir fuzilamento ao vivo

O presidente Donald Trump desistiu de promover a exibição pública, ao vivo, por streaming, da execução do autor do ataque a uma base militar nos Estados Unidos, em 2005, com saldo de 13 mortos. Nidal Hasan, de 56 anos, "morrerá, como previsto, por pelotão de fuzilamento, mas esse evento não será transmitido", disse Trump em uma postagem em sua plataforma Truth Social. O

cumprimento da sentença está marcado para 3 de dezembro, em Fort Worth, no Texas — o local do crime. O cancelamento da transmissão é um revés para o secretário de Defesa, Pete Hegseth, que propôs a ideia.

"A execução poderá ser presenciada pessoalmente pelos familiares diretos das vítimas, se assim o desejarem", acrescentou Trump. A decisão inicial de transmitir ao vivo o

fuzilamento foi amplamente rejeitada, dentro e fora do país. O presidente explicou que, pessoalmente, não se opunha ao plano de transmitir a execução, e afirmou que "poderia ter sido um forte elemento de dissuasão, para que o mundo visse como os EUA tratam os terroristas e a ESCÓRIA como Hasan", publicou em sua rede social.

O Pentágono divulgou comunicado

no qual afirma que Hegseth conversou com o presidente e "apoia" a decisão final. A execução de Hasan será a primeira por um pelotão de fuzilamento militar, no país, desde 1945.

As Nações Unidas manifestaram que transmitir a execução equivaleria à "tortura", e o presidente da Conferência dos Bispos Católicos dos EUA classificou a ideia como "promoção bárbara de uma cultura de morte". O

vice-presidente, JD Vance, que recentemente publicou um livro sobre sua fé católica, disse que não assistiria à execução, caso o plano fosse adiante.

Uma pesquisa do Washington Post-ABC News-Ipsos, divulgada ontem, revelou que oito entre 10 norte-americanos se opunham à transmissão ao vivo, embora outra pesquisa tenha indicado que mais da metade dos entrevistados concordava

que Hasan fosse executado por fuzilamento. Dezenas de oficiais reformados das Forças Armadas alertaram, em carta aberta, que a exibição mancharia "a honra das Forças Armadas e de uma nação que a permite" e poderia fazer do condenado "um mártir por atacar e matar os próprios companheiros de farda", disseram os oficiais, entre eles mais de 40 generais e almirantes.